

# Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional Social: ações com jovens pobres na cidade

Roseli Esquerdo Lopes<sup>a</sup>, Ana Paula Serrata Malfitano<sup>b</sup>, Carla Regina Silva<sup>c</sup>,  
Patrícia Leme de Oliveira Borba<sup>d</sup>

<sup>a</sup>Programas de Pós-graduação em Educação e em Terapia Ocupacional, Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil

<sup>b</sup>Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional, Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil

<sup>c</sup>Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil

<sup>d</sup>Departamento de Saúde, Educação e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Santos, SP, Brasil

**Resumo:** A equipe do Laboratório METUIA do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos vem construindo procedimentos e recursos que têm produzido aportes para a ação de uma Terapia Ocupacional Social fundada na dimensão territorial e comunitária, com vistas a uma contribuição técnica radicada localmente e direcionada ao enfrentamento dos desafios do campo social. A noção de território adotada pressupõe as dimensões históricas, econômicas, sociais e culturais que contextualizam um determinado espaço geográfico no qual se desenvolve a ação terapêutico-ocupacional. Temos lidado com as questões relacionadas à juventude pobre urbana e trabalhado na produção de tecnologias sociais (compreendidas como produtos, técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem alternativas para a transformação social), as quais têm sido capazes de fomentar novas possibilidades de atuação, integrando e articulando ações de abrangência macro e microsociais. Discutimos aqui: Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos; Acompanhamentos Singulares e Territoriais; Articulação de Recursos no Campo Social e Dinamização da Rede de Atenção. Defendemos a reflexão crítica e contínua acerca do processo de trabalho, tomando como pressuposto as dimensões técnica, ética e política que compõem a formação e habilitação profissional do terapeuta ocupacional; igualmente, que a existência prática e conceitual dessas tecnologias promova ações articuladas à questão social colocada para a vida desses jovens, na direção do alargamento do seu espaço na esfera pública, da ampliação da igualdade e do reconhecimento das diferenças, para que se produzam mais participação com mais liberdade, mais autonomia com mais solidariedade.

**Palavras-chave:** *Cidadania, Direitos, Adolescentes, Juventudes, Terapia Ocupacional Social.*

## Resources and technologies in Social Occupational Therapy: actions with the poor youth in town

**Abstract:** The METUIA team from the Occupational Therapy Department of the Federal University of Sao Carlos – UFSCar has been elaborating procedures and resources, which have produced contributions to the action of occupational therapy based on a local and communal dimension, aiming at a locally rooted technical contribution and directed to face the challenges of the social field. The territory notion adopted presupposes historical, economic, social and cultural dimensions that contextualize a given geographical area where the therapeutic and occupational action is developed. We have been dealing with questions related to the poor urban youth and working in the production of social technologies (understood as products, techniques or replicable methodologies developed in interaction with the community, and that represent alternatives for social transformation), which have been able to foster new possibilities of action, integrating and articulating actions of macro and micro social scope. This article presents

discussions on Workshops of Dynamics, Activities and Projects; Individual and Territorial Follow-up; Articulation of Resources in the Social Field; and Dynamization of the Social Care Network. We support a continuous and critical reflection on the labor process, assuming the technical, ethical and political dimensions that comprise the professional qualification of occupational therapists. We also advocate that the practical and conceptual existence of these technologies promotes actions associated with the social question of the lives of these young individuals, seeking the expansion of equality, recognition of differences, and their space in the public sphere, so that more participation can be produced with more freedom, autonomy and solidarity.

**Keywords:** *Citizenship, Rights, Adolescents, Youth, Social Occupational Therapy.*

## 1 Cidadania, direitos e a questão social

Uma das questões centrais e sempre atual na análise do Estado contemporâneo é a que se refere à compreensão da gênese das políticas públicas – no nosso caso, com maior foco, das políticas sociais – a partir das estruturas econômicas e político-institucionais existentes. No Estado capitalista, baseado na valorização privada do capital e na venda do trabalho enquanto forma-mercadoria, em que essas estruturas têm intrinsicamente caráter classista, quais são as funções que competem a essas políticas? Quais são os limites objetivos a que estão sujeitas, dentro do leque de elasticidade paradigmático desse Estado, sejam quais forem os atores situados à frente dele? Quais são, portanto, as ações possíveis nesse contexto e em que medida são estas definidoras de mudanças observáveis e estáveis? Como inserir nesta análise os temas da cidadania, das transformações sociais, no sentido da construção de um mundo socialmente menos injusto?

Os Estados capitalistas democráticos podem ser entendidos como formas institucionais de poder público que, em sua relação com a produção material, se caracterizam basicamente por três determinações funcionais: privatização da produção, dependência estrutural do processo de acumulação e legitimação democrática. Esse Estado está submetido à dupla determinação do poder político: do ponto de vista do conteúdo, é determinado pelo desenvolvimento e requisitos do processo de acumulação, enquanto forma institucional, está sujeito às regras do governo democrático-representativo.

Assim, as políticas do Estado capitalista podem ser definidas como o conjunto de estratégias mediante as quais se produzem e reproduzem constantemente o acordo e a compatibilidade entre suas determinações estruturais; entretanto, sua estratégia geral de ação consiste em criar as condições segundo as quais cada cidadão seja incluído nas relações de troca (OFFE, 1984). Essa definição indica a diretriz que têm as políticas públicas; para que se cumpram as

determinações do Estado capitalista, portanto, os dirigentes terão de governar dentro dos limites de autopreservação do sistema.

Já as *políticas sociais* são definidas como um caso particular das políticas públicas: são aquelas relações e estratégias organizadas que visam criar as condições para que os proprietários da força de trabalho sejam incluídos nas relações de troca. Para ampliar as políticas sociais, são necessárias inovações sociopolíticas: mudanças adotadas na forma de gerar, financiar e distribuir as prestações de serviços sociais pelos gestores do Estado, conciliando as exigências admitidas e as necessidades humanas já sancionadas com os requisitos de reprodução do capital (OFFE, 1984). Essas inovações sociopolíticas decorrem da correlação de forças entre os vários segmentos do capital e entre o capital como um todo e os demais atores da sociedade capitalista.

A *questão social* tem sua gênese na forma como as pessoas se organizam para produzir sua existência em uma determinada sociedade e em um contexto histórico dado; essa organização tem sua expressão na esfera da reprodução social, ou seja, a questão social está determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho: a exploração. Sem o fim dos dispositivos exploradores do regime, toda luta contra as suas manifestações sociopolíticas e humanas, a questão social, está condenada a enfrentar sintomas, conseqüências e efeitos (NETTO, 2001). Todavia, não achamos pouco enfrentá-los e nesse espaço buscamos, também, nos mover.

Cabe analisar a questão social como uma questão política, econômica e ideológica que remete a uma determinada correlação de forças entre diferentes classes, inserida no contexto mais amplo do movimento de luta pela hegemonia (GRAMSCI, 1988). Determinados momentos são mais favoráveis à expressão das demandas do trabalho e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento por parte do capital e do Estado, ocupando o espaço público e exigindo acesso aos seus fundos, exigindo outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. Isso se dá,

dentro dos limites da sociedade capitalista, pela via da *cidadania* e dos *direitos sociais* (LOPES, 1999).

Na última década do século XX, houve uma multiplicação dos estudos sobre o tema cidadania e percebe-se um renovado interesse pela temática nesse início de século XXI; tal conceito parece integrar noções centrais de filosofia política, como os reclamos de justiça e participação política (VIEIRA, 2001).

Tomando-se o estudo de Liszt Vieira (2001), *Os argonautas da cidadania: A sociedade civil na globalização*, não existe uma teoria da cidadania, mas importantes contribuições teóricas já foram dadas a respeito da tensão entre os diversos elementos que compõem esse conceito, esclarecendo as razões de sua atualidade. Duas interpretações se enfrentam nesse âmbito.

Na primeira, o papel do cidadão é visto de forma individualista e instrumental, segundo a tradição liberal. Os indivíduos são considerados pessoas privadas, externos ao Estado, e seus interesses são pré-políticos. Na segunda versão, prevalece uma concepção comunitarista<sup>1</sup> oriunda da tradição da filosofia política de Aristóteles, com a proposição de uma cidadania ativa. Os indivíduos são integrados numa comunidade política e sua identidade pessoal é função das tradições e instituições comuns. São dois modelos: o primeiro baseado nos direitos individuais e no tratamento igual; o segundo define a participação no autogoverno como essência da liberdade, componente essencial da cidadania.

Desse modo, haveria uma cidadania passiva, a partir “de cima”, via Estado, e uma cidadania ativa, a partir “de baixo”; haveria uma cidadania conservadora – passiva e privada – e uma outra revolucionária – ativa e pública.

É desse lugar que advogamos o contexto da cidadania e dos direitos, da ampliação da igualdade e o reconhecimento das diferenças como pressupostos para uma Terapia Ocupacional Social.

## 2 Juventude pobre

A juventude tem sido foco de inúmeros estudos, debates e lutas da sociedade civil em muitos países, sendo tema de distintos campos do saber e incorporando diferentes conceituações. Nesse arcabouço investigativo sobre quem é o jovem, inserem-se múltiplas juventudes, que podem ser compreendidas sob as perspectivas social, cultural, econômica e outras<sup>2</sup> (FREITAS, 2005). Porém, há uma demarcação fundamental sempre presente que aqui assinalamos como necessária para a abordagem: o pertencimento a uma classe social. A estrutura socioeconômica da sociedade marca uma importante

vertente de análise que também cria diferenças nas possibilidades de vivência juvenil. O acesso aos direitos sociais (educação, cultura, saúde e outros), aos bens materiais e a possibilidade de inserção no mundo do trabalho são elementos relevantes para se pensar quem é o jovem, quais as suas perspectivas e o leque de vivências nesse estágio de liminaridade e transição para a vida adulta.

Sob esse enfoque, prioriza-se uma leitura em que a juventude é entendida na sua articulação com os processos sociais e na sua inserção no conjunto das relações produzidas ao longo da história. Assim, optamos pelo referencial sócio-histórico para abordar um grupo específico de jovens, aqueles que estão em situação socioeconômica mais vulnerável (VIGNOLLI, 2011; ABRAMOVAY, 2002), a juventude pobre.

Esse pressuposto se justifica pelas condições sociais vivenciadas na América Latina, com um alto padrão de desigualdade econômica presente em diferentes países (COMISSÃO..., 2013).

Para Abad (2002), as políticas para a juventude na América Latina foram determinadas pelos problemas de sua exclusão social e dos desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto. Bango (1995) acrescenta que o grande desafio para a América Latina nos anos 2000 era, e ainda é, transformar as políticas direcionadas a esse grupo, seu entendimento e execução, efetivando os jovens como sujeitos de direitos e atores de desenvolvimento.

A Organização das Nações Unidas elegeu 1985 como o “ano da juventude”, naquele momento, houve um maior impulso a estudos especializados e iniciaram-se ou fortaleceram-se os processos para estabelecerem-se políticas nacionais (BANGO, 2008). Na década de 1990, é criada a Organização Ibero-Americana de Juventude<sup>3</sup>, com o intuito de fortalecer as políticas voltadas aos jovens nos países membros (ORGANIZAÇÃO..., 2010).

No Brasil, ao final da década de 1980, emergiu uma nova noção de cidadania, engendrada pelas lutas dos movimentos sociais por liberdades democráticas e garantias de direitos. Em 1988, a Constituição Federal alterou as bases constitucionais dos direitos sociais, civis e políticos, incorporando no texto da lei uma agenda universalista de direitos e proteção social. Do ponto de vista dos direitos sociais, a questão passa a ser como a garantia legal poderia ser efetivada, já que o Brasil continuava marcado por profundas desigualdades na fruição desses direitos (INSTITUTO..., 2008). A garantia de direitos à criança e ao adolescente, legitimados como “prioridade absoluta”, foi foco importante do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990); ocorre que o ECA não respalda

a juventude como um todo, apenas parte dela, uma vez que se foca na infância e na adolescência (esta, dos 12 aos 18 anos incompletos).

No início dos anos 2000, as políticas públicas direcionadas a esse grupo apresentavam abrangência, qualidade e resultados precários e insuficientes; tinham como pressuposto a “preparação para o futuro”, daí o enfoque nas políticas educacionais e, por outro lado, eram voltadas a adolescentes e jovens em situação especial de “abandono”, “desvio” ou “marginalidade”; desse modo esses eram, e muitas vezes continuam sendo, objeto de ações focais de assistência social, contenção ou punição (ABRAMO, 2004).

Outro fator que vem relacionando juventude e necessidade de políticas públicas tem sido o crescimento da violência no Brasil e, em especial, o que têm demonstrado os índices referentes à mortalidade juvenil (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009). O jovem é associado à violência, tanto como aquele que a pratica quanto como aquele que a sofre; nessa perspectiva, o jovem pobre será mais fortemente associado à delinquência e ao crime<sup>4</sup> (WAILSELFISZ, 2011).

Apesar de, até aqui, os países da América Latina, em geral, se encontrarem numa posição macroeconômica mais estável em relação à crise atual, a necessidade de uma resposta urgente às demandas sociais se mantém; essa aparente estabilidade não tem permitido reverter, de maneira sólida, a desigualdade social historicamente construída – apesar de nossas tantas riquezas, permanecemos pobres. Para Grynspan (2010), aqueles países que protegeram as áreas reguladoras, redistributivas e promotoras do Estado democrático estão mais preparados para enfrentar a crise e as suas sequelas.

Assim, nesse contexto sobre quem é o jovem e as condições sociais de vivência da juventude, passamos, a seguir, a relatar algumas experiências desenvolvidas junto à juventude urbana pobre, tendo como referência a Terapia Ocupacional Social.

### **3 Tecnologias, estratégias e experiências com jovens pobres: ações da Terapia Ocupacional Social**

A equipe do Laboratório METUIA do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), por meio de atividades que integram ações de ensino, pesquisa e extensão universitária, vem construindo

um conjunto de procedimentos e de recursos que têm produzido aportes para a ação de uma Terapia Ocupacional Social fundada na dimensão territorial e comunitária<sup>5</sup>, com vistas a uma contribuição técnica radicada localmente e ao enfrentamento dos desafios postos para aqueles que se debruçam sobre o campo social (LOPES et al., 2006, 2010).

Na experiência que desenvolvemos desde 2005, na cidade de São Carlos, interior do estado de São Paulo, no Brasil, temos lidado com questões relacionadas à juventude pobre de um território específico, uma periferia urbana. Nessa região da cidade, imbuídas da decisão de trabalhar para fazer valer direitos sociais de sujeitos individuais e coletivos, escolhemos realizar as intervenções em dois equipamentos locais: um centro de lazer, esportes e convivência dedicado ao público juvenil denominado Centro da Juventude (CJ) e uma escola pública de ensino fundamental e médio. A ação terapêutico-ocupacional a partir desses dois espaços institucionais é uma opção teórico-metodológica consoante ao princípio da responsabilidade territorial na assistência (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 1999), que prevê o deslocamento do técnico/operador social em direção ao seu público, dado que é preciso efetivar o “descentramento” da ação: do *setting* para os espaços da vida cotidiana. Nesse sentido, abordar a juventude brasileira pobre requer, necessariamente, dialogar com a escola pública – é nela que, ainda, encontramos a grande maioria dos jovens brasileiros (LOPES; SILVA, 2007). Apesar das dificuldades históricas e atuais que enfrenta, com os questionamentos sobre sua eficiência e com relação aos recursos que utiliza no trabalho com esse público, a escola é um lugar de referência para a juventude. Para aqueles que romperam com essa estrutura, a comunidade, ou seja, os apoios formais e informais coletivos para a vida, acaba sendo o lugar de encontro; buscando estar, também, com aqueles jovens que não mais frequentam a escola, nossa opção foi o desenvolvimento de ação na comunidade, especificamente, no Centro da Juventude.

A experiência acumulada pelo METUIA/UFSCar tem produzido tecnologias sociais capazes de fomentar novas possibilidades de atuação, integrando e articulando ações de abrangência macro e micros social. Nessa perspectiva, destacamos as *Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos*; os *Acompanhamentos Singulares e Territoriais*; a *Articulação de Recursos no Campo Social*; e a *Dinamização da Rede de Atenção*.

A) *Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos*: a Terapia Ocupacional Social utiliza as

atividades como um recurso mediador do trabalho de aproximação, acompanhamento, apreensão das demandas e fortalecimento dos sujeitos individuais e coletivos, para os quais direciona sua ação. Na nossa experiência, focalizamos o uso das atividades em espaços grupais e/ou coletivos. Por intermédio desse instrumento de trabalho, sobre o qual o terapeuta ocupacional deve ter domínio, pode-se conhecer o universo imediato dos sujeitos, ampliando significativamente a possibilidade de criação de vínculos e, com isso, gerar oportunidades para uma atuação profissional que contribua para a construção conjunta de planos e projetos (LOPES et al., 2011). A utilização da atividade possibilita o aprendizado e o reconhecimento de necessidades do sujeito e o desenvolvimento da capacidade deste para buscar soluções próprias e criativas para suas questões.

Criam-se potencialmente espaços de experimentação e aprendizagem, concebendo-se cada participante como ser ativo no processo de construção de subjetividade, um ser da práxis, da ação e da reflexão.

As oficinas (suas atividades, seus projetos e produtos e suas dinâmicas) permitem uma gama potente de ações que podem ser classificadas, compreendidas e aplicadas com distintos propósitos, tais como: o lidar com as técnicas intrínsecas; o uso e a produção de materiais, recursos; o trânsito por diversos setores (cultura, arte, esporte, lazer, trabalho etc.); conforme propostas previamente elaboradas com temáticas e objetivos preestabelecidos (debates sobre o cotidiano, perspectivas de vida, trocas e informações a respeito do mundo do trabalho, processos educativos acerca de direitos e deveres, sobre a rede de proteção à infância e adolescência na cidade, entre outras); as necessidades e possibilidades da vida cotidiana; os diferentes sentidos e significados que os sujeitos em ação podem designar ou imprimir segundo sua vivência pessoal, nesse caso, ainda que as propostas tenham indicações ou direcionamentos prévios, o interesse está na percepção singular que aquela experiência proporcionou ao participante da ação (SILVA, 2011).



**Figura 1.** Diversidade de atividades e propostas nas oficinas no Centro da Juventude.

Esses dispositivos permitem um contato mais próximo com os jovens, a partir do qual se torna possível aprofundar a leitura das necessidades individuais e coletivas; também promove um maior contato e convivência entre os próprios participantes; proporciona a experimentação de um espaço prazeroso de sociabilidade e trocas que podem extrapolar o espaço físico das oficinas e transcender para o contexto mais amplo (LOPES et al., 2011).

A seguir, nos detemos, a guisa de exemplos, no relato de duas passagens referentes a essa proposta no trabalho que vimos realizando.

Como uma das maneiras de se responder às demandas dos jovens que frequentam o Centro da Juventude, as *Oficinas* do METUIA, assim nomeadas tanto pelos jovens como pela equipe local, são um espaço aberto a quem quiser participar; privilegia-se nelas o uso das atividades como meio facilitador da aproximação ao universo juvenil e para abordagem acerca dos direitos, incluindo o direito à escolha, o direito a se reconhecer como um sujeito que faz, que pensa, que experimenta e que deseja. As ideias do que fazer partem dos próprios jovens e da equipe; podem ser atividades pontuais, como construção de

pipas, confecção de máscaras, culinária, atividades corporais, dinâmicas e conversas; projetos de maior prazo, como produção de exposições, organização de campeonatos de futebol, colaboração no planejamento e execução de conferências locais e regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, dentre outras. Nesses “fazeres” tornam-se possíveis trocas e diálogos, efetivados como subsídios para invenções e criações para o cotidiano, para a vida que se faz igualmente. As fotografias apresentadas na Figura 1 decorrem das *Oficinas* do METUIA no Centro da Juventude.

Dentre as modalidades de intervenção desenvolvidas em escola pública, destacamos as dinâmicas realizadas em parceria com os professores das disciplinas de Sociologia e Filosofia, com vistas à ressignificar e facilitar a apropriação de conteúdos e os processos reflexivos decorrentes; dado o conteúdo programático, criamos dinâmicas com base em diferentes recursos (audiovisuais, expressão e teatro, jogos interativos). Os encontros e os processos ali construídos foram se constituindo como uma tecnologia social de aproximação com os jovens e de redimensionamento do conteúdo curricular, com foco nos temas relativos à cidadania, aos direitos sociais, aos direitos humanos,



Figura 2. Dinâmicas e ação na escola pública.

aos processos de socialização e sociabilidade e à “desnaturalização” da realidade vivida, da violência, do preconceito, entre outros. A junção da experimentação e da vivência daquelas atividades/recursos e de sua articulação ao processo reflexivo coletivo potencializou uma maior conscientização por parte dos alunos com relação aos temas tratados, no contexto das problemáticas contemporâneas. Além disso, estimularam-se a discussão e a apropriação de formas de enfrentamento individuais e coletivas dessas mesmas problemáticas. As fotografias apresentadas na Figura 2 decorrem das *Oficinas do METUIA* na escola.

Com relação à equipe escolar, essas ações têm oferecido subsídios para a discussão acerca da construção de propostas educativas no interior da escola pública, fundadas em bases democráticas, que se aproximem mais das necessidades e realidade dos alunos e que carreguem um movimento de tensionamento do status quo.

B) *Acompanhamentos Singulares e Territoriais* são utilizados na Terapia Ocupacional Social como uma estratégia de intervenção que possibilita uma percepção e interação mais real do cotidiano e contexto de vida dos indivíduos, interconectando suas histórias e percursos, sua situação atual e sua rede de relações. Tais acompanhamentos partem da escuta atenta das demandas de pessoas, grupos ou coletivos, na maioria das vezes determinadas pela situação de vulnerabilidade, desigualdade social e falta de acesso a serviços sociais e bens essenciais, na direção do seu equacionamento (LOPES; BORBA; CAPPELLARO, 2011; MALFITANO; ADORNO; LOPES, 2011). Apresentam-se na Figura 3 algumas fotografias de momentos que integraram tais ações.

C) *Articulação de Recursos no Campo Social* compreende uma gama de ações realizadas desde o plano individual, passando pelos grupos, coletivos, até os níveis da política e da gestão; a estratégia está em manejar as práticas em diferentes níveis de



**Figura 3.** Acompanhamento e construção de possibilidades.

atenção em torno de objetivos comuns e utilizar os recursos possíveis, compreendidos como dispositivos financeiros, materiais, relacionais, afetivos, sejam eles micro ou macrosociais, para compor as intervenções. Sendo assim, é necessário dispor de metodologias de intervenção que também estejam inseridas nesses diferentes níveis, para que sejam possíveis a identificação, a negociação e a efetiva contribuição desses recursos. As fotografias apresentadas na Figura 4 trazem instantâneos da busca dessa articulação.

No texto, “Acompanhamento individual e articulação de recursos em Terapia Ocupacional Social: compartilhando uma experiência”, Lopes, Borba e Cappelaro (2011) oferecem um relato que ilustra o que trazemos aqui.

D) *A Dinamização da Rede de Serviços*, no caso da atenção ao público juvenil, visa mapear, divulgar e consolidar todos os programas, projetos

e ações voltados para esse grupo populacional e/ou sua comunidade, com o intuito de fomentar a interação e a integração entre eles, articulando os diferentes setores e níveis de intervenção, facilitando a efetividade e o direcionamento das estratégias.

A seguir, relatamos uma de nossas experiências nesse âmbito, sendo que a Figura 5 traz algumas de suas fotografias.

São Carlos discute, desde 2008, sob coordenação da Secretaria Municipal Especial da Infância e da Juventude, a necessidade de articulação entre os serviços e os profissionais que trabalham com crianças, adolescentes e jovens nos setores da assistência social, educação, cultura, esportes, justiça, saúde e outros. Nessa perspectiva, criou-se a Rede da Criança e do Adolescente de São Carlos – ReCriAd, e a equipe do METUIA/UFSCar foi convidada a assessorar o projeto de seu planejamento e implementação. Lidando-se com a intersectorialidade

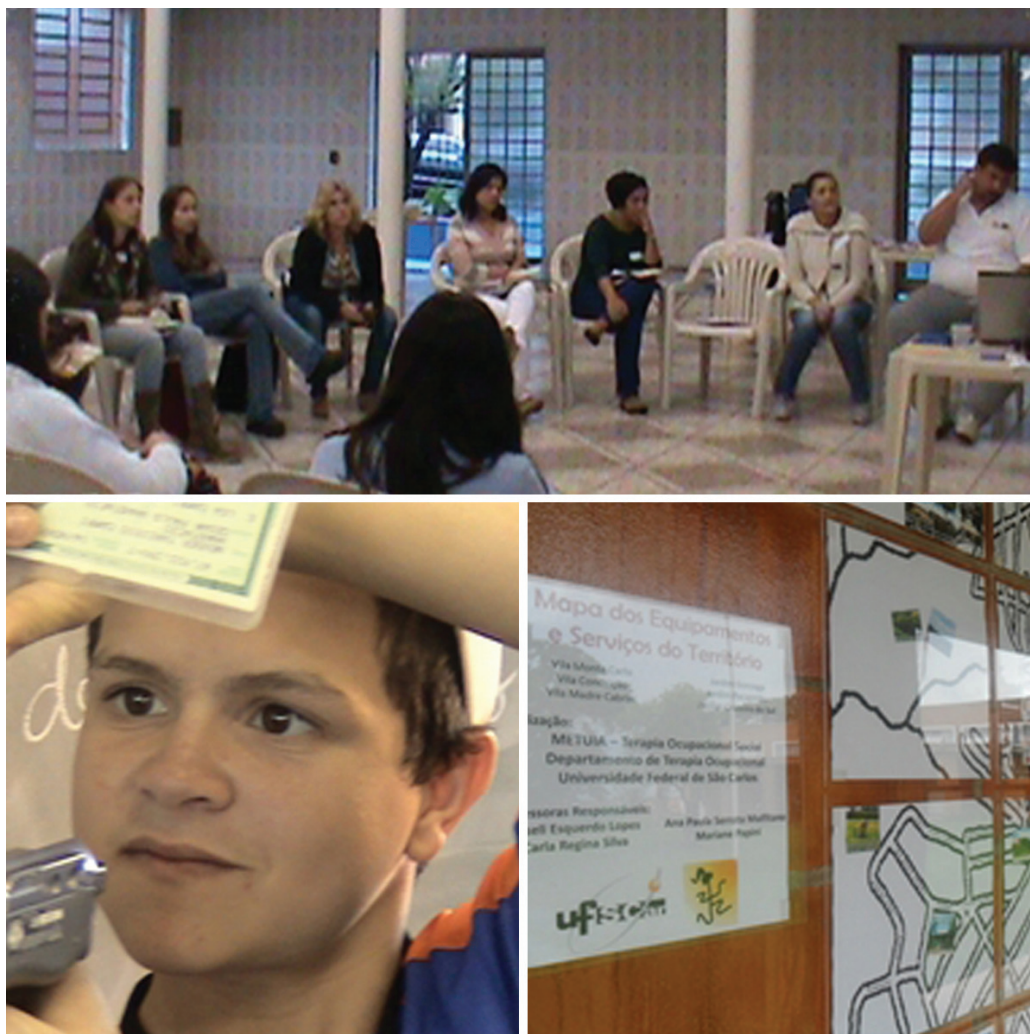


Figura 4. Fazer, ver, fazer ver.





**Figura 5.** Intervenção na Conferência Municipal de Direitos/Criação da “Árvore da Juventude”.

e interdisciplinaridade necessárias para a tessitura de uma rede de serviços sociais resolutive, que vá ao encontro das demandas infanto-juvenis, foram realizadas quatro rodadas de reuniões, nas cinco regiões administrativas do município, com o intuito de se constituir um fórum intersetorial de discussão sobre encaminhamentos e intervenções com aquela população.

A intenção é criar e fortalecer espaços públicos que possam oferecer suporte aos profissionais envolvidos na execução dos serviços, por meio da explicitação e apropriação dos objetivos, dos métodos e das ações efetivamente realizadas, trazendo a temática da política, enfocando a produção de corresponsabilidades e elaborações conjuntas entre diferentes equipamentos, nos âmbitos da reflexão e da ação, para promoção de respostas a demandas juvenis, sejam elas individuais ou coletivas.

## 4 Considerações finais

Dadas as enormes desigualdades sociais enfrentadas no nosso país, somos, enquanto técnicos e pesquisadores, conscientes da limitação e da pontualidade de nossas intervenções num contexto que alia a formação de terapeutas ocupacionais com vistas à produção de conhecimento. Contudo, o desenvolvimento desses projetos nos oferece importantes elementos e indicadores, assim como fortalece os pressupostos teóricos do direcionamento que as abordagens e metodologias empregadas na ação com adolescentes e jovens devem conter: condições para a promoção e apropriação de direitos, para a construção de relações de respeito e para o exercício de autonomia (LOPES et al., 2008).

As tecnologias sociais aqui apresentadas vêm sendo postas em prática há mais de uma década

pelo Projeto METUIA (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007) e, nos últimos oito anos, pelo Núcleo UFSCar, especificamente, dedicado às questões concernentes à juventude popular e urbana. Nossa experiência tem fomentado a reflexão acerca do processo de trabalho que precisa ser empreendido pelos terapeutas ocupacionais nesse campo, tomando como pressuposto as dimensões técnica, ética e política que compõem sua formação e habilitação profissional. Tem se evidenciado a necessidade dos seguintes elementos: o tempo; a disponibilidade do técnico; a agilidade e a responsabilidade ética e técnica na articulação entre diferentes atores e serviços; a constituição de uma leitura centrada e conhecedora da realidade social e subjetiva, individual e coletiva; um amplo repertório para a proposição cotidiana de atividades, bem como o alargamento do conceito da atividade; o conhecimento e o diálogo com a rede de recursos sociais preexistentes na comunidade e na cidade; a reflexão sobre os limites da relação técnica no cuidado e no acolhimento de questões sociais no âmbito individual. Todos esses elementos nos instigam a refletir sobre os tempos da ação terapêutico-ocupacional no campo social e sobre a disponibilidade necessária para o trabalho cotidianamente direcionado para a urgência de mudanças efetivas da realidade, por vezes muito dura, na qual se inserem esses jovens.

Tendo em vista as complexas dificuldades encontradas pelos equipamentos sociais para lidarem com os jovens, somadas à escassez de ações que fortaleçam a articulação entre os serviços de referência para esse público no território em que atuamos, a continuidade das ações visa, em especial, auxiliar o poder público e a sociedade a criarem caminhos para responder às demandas desse grupo populacional por meio de estratégias que potencializem os serviços parceiros e favoreçam a articulação entre eles. Dessa maneira, busca-se garantir maiores possibilidades de ofertas e de escolhas para essa população, que se vê isolada diante de frágeis perspectivas quanto a projetos significativos de vida e próxima do trabalho informal, ilegal, com pouca escolaridade e, portanto, em situação de vulnerabilidade social e pessoal.

Essas vivências têm mostrado que a associação entre um repertório profissional de conhecimento em torno do direito do adolescente e do jovem, a conjugação de saberes e a construção da interdisciplinaridade, a aproximação e a interlocução no campo possibilitam delinear ações coletivas capazes de provocar mudanças em seus atores e nas relações autoritárias que ainda regem os espaços comunitários e escolares.

De toda forma, coletivamente temos aprendido com os jovens que temos encontrado, com nossos parceiros e interlocutores locais, especialmente com as equipes da escola pública e do Centro da Juventude, onde essas tecnologias podem ganhar existência – prática e conceitual; ressaltando-se que sua importância não está na sua existência em si, mas no fato de que sua existência é um meio para que lidemos com a questão social colocada para a vida desses jovens, para que se vá na direção do alargamento do seu espaço na esfera pública e para que se produzam mais participação com mais liberdade, mais autonomia com mais solidariedade.

## Referências

- ABAD, M. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadanía y nueva condicion juvenil. *Última Década*, Santiago, v. 10, n. 16, p. 117-152, 2002.
- ABRAMO, H. W. Políticas de juventud en Brasil: nuevos tempos nuevas miradas. In: KRAUSKOPF, D. et al. *Políticas de juventud en latinoamérica: Argentina en perspectiva*. Buenos Aires: Facultad Latinoamericana en Ciencias Sociales, 2004. p. 33-43.
- ABRAMOVAY, M. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO: BID, 2002.
- BANGO, J. *Políticas de juventud em America Latina en la antesala del año 2000: legros, desafios y oportunidades*. Montevideo: Organización Iberoamericana de Juventud, 1995.
- BANGO, J. Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. *Políticas públicas: juventude em pauta*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 33-55.
- BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional e sociedade. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 10, n. 2-3, p. 71-76, 1999.
- BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. Novos espaços, novos sujeitos: a terapia ocupacional no trabalho territorial e comunitário. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. *Terapia ocupacional: fundamentação & prática*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p. 354-363.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Cortez, 1990.
- CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. *Panorama social da América Latina*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/9/51769/P51769.xml&xsl=/tpl/p9f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em: 3 jan. 2014.

- FREITAS, M. V. *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- GRYNSPAN, R. Desenvolvimento, crescimento e superação da pobreza: desafios impostos pela crise internacional. In: COELHO, M. F. P.; TAPAJÓS, L. M. S.; RODRIGUES, M. *Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: UNESCO, 2010. p. 27-48.
- INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS AVANÇADAS - IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Brasília, 2008. (Vinte Anos da Constituição Federal, v. 1, n. 17).
- LOPES, R. E. *Cidadania, políticas públicas e terapia ocupacional, no contexto das ações de saúde mental e saúde da pessoa portadora de deficiência, no Município de São Paulo*. 1999. 539 f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. 2 v.
- LOPES, R. E. et al. Terapia ocupacional social e a infância e a juventude pobres: experiências do Núcleo UFSCar do Projeto METUIA. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 5-14, 2006.
- LOPES, R. E. et al. Juventude pobre, violência e cidadania. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 63-76, 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902008000300008>
- LOPES, R. E. et al. Educação profissional, pesquisa e aprendizagem no território: notas sobre a experiência de formação de terapeutas ocupacionais. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 140-147, 2010.
- LOPES, R. E. et al. Oficinas de atividades com jovens da escola pública: tecnologias sociais entre educação e Terapia Ocupacional. *Interface*, Botucatu, v. 15, n. 37, p. 277-288, 2011.
- LOPES, R. E.; SILVA, C. R. O campo da educação e demandas para a terapia ocupacional no Brasil. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 158-164, 2007.
- LOPES, R. E.; BORBA, P. L. O.; CAPPELLARO, M. Acompanhamento individual e articulação de recursos em terapia ocupacional social: compartilhando uma experiência. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 233-238, 2011.
- MALFITANO, A. P. S.; ADORNO, R. C. F.; LOPES, R. E. Um relato de vida, um caminho institucional: juventude, medicalização e sofrimento sociais. *Interface*, Botucatu, v. 15, n.38, p. 701-714, 2011.
- NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Revista Temporalis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 41-49, 2011.
- OFFE, C. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- ORGANIZAÇÃO IBERO-AMERICANA DE JUVENTUDE - OIJ. *Sobre OIJ*. Madrid. Disponível em: <<http://www.oij.org>>. Acesso em: 10 dez. 2010.
- SILVA, C. R. *Percursos juvenis e trajetórias escolares: vidas que se tecem nas periferias das cidades*. 2011. 330 f. Tese (Doutorado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- VIEIRA, L. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2001.
- VIGNOLLI, J. R. *Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes*. Santiago: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía, 2011. (Serie Población y Desarrollo, n. 17).
- WAILSEFISZ, J. J. *Mapa da violência 2011: os jovens do Brasil*. Brasília: Instituto Sangari, 2011.

## Contribuição das Autoras

As reflexões deste texto decorrem de atividades de ensino, pesquisa e extensão da equipe do METUIA/UFSCar, sob coordenação de Roseli Esquerdo Lopes. Todas as autoras participaram das referidas atividades e da concepção, redação e revisão do texto.

## Notas

<sup>1</sup> O termo comunitarista, tomado a partir de Aristóteles, refere-se a ações na comunidade e diz respeito àqueles que no espaço público são reconhecidos como cidadãos, ao mesmo tempo em que constroem esse espaço e essa cidadania.

<sup>2</sup> Uma das discussões recai sobre sua faixa etária, questionando os marcos delimitadores iniciais e finais dessa fase. A Organização Mundial de Saúde classifica como jovens aqueles com idade entre 15 e 24 anos. Entretanto, essa faixa pode se estender desde os 12 aos 35 anos, como se constata em algumas formulações de políticas públicas dirigidas à juventude nos países ibero-americanos (FREITAS, 2005). Por exemplo, entre 12 e 26, na Colômbia; entre 12 e 35, na Costa Rica;

entre 12 e 29, no México; entre 14 e 30, na Argentina; entre 15 e 24, na Bolívia, Equador, Peru, República Dominicana; entre 15 e 29, no Brasil, Chile, Cuba, Espanha, Panamá e Paraguai.

- <sup>3</sup> Formada pelas representações das regiões Andina, Caribenha, América Central, Cone Sul e Península Ibérica, busca promover e incentivar os esforços dos Estados membros visando à melhoria da qualidade de vida dos jovens na região, promover o fortalecimento das estruturas governamentais de juventude e a coordenação entre instituições e setores envolvidos diretamente nas políticas integradas de juventude, entre outros (ORGANIZAÇÃO..., 2010); o Brasil vincula-se a ela apenas em 2010.
- <sup>4</sup> Nas décadas de 1980 e 1990, a complexidade da violência e da criminalidade urbana estava refletida no aumento dos homicídios, como também em graves violações de direitos humanos (linchamentos, execuções sumárias, violência policial). Nesse período, os fatores de risco relacionados à violência urbana eram: ser jovem (de 15 a 29 anos), do gênero masculino, negro, pobre e morar em grandes centros urbanos. Entre 1980 e 2007, a taxa de mortalidade por homicídio aumentou 167% na população jovem (15 a 24 anos), enquanto na população total o crescimento foi de 17,8% (WAILSELFISZ, 2011).
- <sup>5</sup> O território pode ser definido como a delimitação geográfica de uma dada região, ocupada por uma comunidade, incluindo em seu conceito, necessariamente, a constituição histórica local e as relações socioeconômicas e culturais ali desenvolvidas. Nesse espaço, observam-se diferentes formas de vida, de realização de trocas sociais.